

A PROPÓSITO DA PROBLEMÁTICA SOCIAL DO RECIFE (*)

Mário Lacerda de Melo (**)

O PROFESSOR E O PESQUISADOR

Em nossa grande e generosa comunidade recifense, exemplos existem de homenagens que tanto enaltecem quem as recebe, quanto nobilitam quem as promove. Um dos mais recentes desses exemplos reside no projeto de resolução apresentado em maio do ano passado pelo Vereador Paulo Cavalcanti e aprovado unanimemente pelos seus ilustres companheiros, propondo, para o meu nome, a outorga do título de Cidadão da Cidade do Recife. Cidadão do Recife eu já me sentia, desde muito antes de receber essa honraria. O Recife é a cidade onde tenho vivido a minha vida, onde tenho construído a minha formação e onde tenho, em sua maior parte, a minha família e os meus amigos.

Muito me desvanece, em particular, o fato de aparecer como signatário daquele projeto de resolução a figura de um pernambucano de merecimento invulgar, que me tenho acostuma-

(*) Fala na solenidade de entrega do título de cidadão do Recife, em 23.03.95

(**) Geógrafo, pesquisador aposentado da FUNDAJ

do a admirar no cidadão, no escritor e no político Paulo Cavalcanti. Sua condição de meu ex-aluno, lembrada por ele próprio, se, por um lado, faz crescer o meu contentamento pela honraria, de outra parte bem indica, em sua motivação, um toque de sentimentalidade que só faz aumentar o meu desvanecimento. Faz-me, portanto, um grande bem o presente evento, tanto pela natureza da homenagem, como pela alta qualificação dos que a promoveram.

A par disso, tenho o sentimento de que, no espírito dos autores da iniciativa da presente homenagem, influiu a circunstância de tratar-se de um velho professor do Recife, ligado ao ensino em colégios. E não são poucas as graças que devo a dar a Deus pelo fato de ser eu ainda um estudante de Direito, quando o magistério de nível médio se tornou a atividade que, por décadas, passou a representar a base do meu sustento e da minha família. Jamais esquecerei as agruras que, sem perder a firmeza de ânimo, atravessei durante essa parte de minha vida. Agruras que prepararam o professor para, nos anos cinquenta, passar a exercer também atividades universitárias de ensino e pesquisa.

Tenho igualmente o sentimento de que influiu na iniciativa da homenagem a contribuição que me tenho esforçado por dar ao melhor conhecimento dos problemas que tanto afligem as populações nordestinas, em particular as de Pernambuco e as da nossa cidade do Recife, tão bela, tão igual a si mesma, tão sofrida e tão carente de estudos amplos, profundos e competentes. Suponho que, ao me distinguir com o título outorgado, a Câmara Municipal do Recife pretendeu homenagear, ao mesmo tempo, o antigo professor de colégio que, em nossa cidade, lecionou a gerações sucessivas de moços pernambucanos, e o homem de estudos que dedicou boa parte de sua vida a conhecer sua Região, seu Estado e seu querido burgo recifense. Para ele, a dedicação ao estudo da sua terra jamais deixou de constituir a forma de melhor amá-la e de realizar esforços em benefício da gente que a habita.

ALGUMAS PESQUISAS DE DESTAQUE

Para só aludir a empreendimentos de referência mais direta à nossa cidade, destaco duas pesquisas. De uma delas resultou a obra multidisciplinar intitulada *Migrações para o Recife*, de 1961, realizada na Fundação Joaquim Nabuco, na qual me coube a responsabilidade de versar a parte alusiva ao aspecto geográfico. A segunda, de 1978, abrangendo quase toda a complexa problemática recifense, gerou um dos meus livros mais divulgados e mais suscitadores de interesse. Seu título: *Metropolização e Subdesenvolvimento: o caso do Recife*.

Embora tudo faça crer que essas minhas pesquisas sobre o Recife tenham contribuído para a homenagem com que estou sendo distinguido, suponho que também concorreram as resultantes de meus esforços no sentido da melhoria do acervo de informações sobre as realidades e problemas do Nordeste e, em medida mais limitada, da Amazônia. São pesquisas, todas elas, patrocinadas, cada uma a seu tempo, pelos três grandes centros de estudos sociais sediados no Recife: a Universidade Federal de Pernambuco, a Fundação Joaquim Nabuco e a Sudene. A probabilidade de terem os promotores da homenagem levado em conta toda a vida de estudos do homenageado me induz a reservar espaço para fazer referência a outros trabalhos de minha autoria.

Uma pesquisa por mim realizada, com a colaboração de competentes companheiros, foi a de que resultou o livro-guia da excursão ao Nordeste do 17º Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro em 1956. Constituiu esse livro-guia um substancial volume, produto de investigação de campo e de gabinete. Além de editado nas línguas inglesa e francesa, o foi também em vernáculo, sob o título de *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Era a época em que os modernos estudos geográficos se desenvolviam em Pernambuco sob a inspiração de mestres estrangeiros sobretudo franceses.

Outra fascinante experiência de trabalho profissional foi a

que tive como participante da Assessoria Técnica da Sudene em 1967-70. Era então superintendente daquele órgão o General Euler Bentes Monteiro que, para a elaboração do IV Plano Diretor do Desenvolvimento Regional do Nordeste, contou, entre outros especialistas, com a minha colaboração. Foi adotada como inovação de destaque a chamada "*estratégia espacial*". Nesse tempo, a título de ensaio sobre o assunto, publiquei o trabalho intitulado *Espaços Geográficos e Política Espacial: O caso do Nordeste*.

Menino de engenho em um obscuro município da região canavieira de Pernambuco, pude ter conhecimento vivencial sobre minha saudosa terra de infância, antes de adquirir maior soma de informações como resultado do esforço de pesquisa. Aprofundou-se e consolidou-se aquele conhecimento, ao longo de minha experiência de economista do Instituto do Açúcar e do Alcool. Desse modo, não me foi difícil, no devido tempo, reunir material para uma monografia sob o título de *O Açúcar e o Homem: Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro*, publicado em 1975, com prefácio de Gilberto Freyre. Este livro foi distinguido com o prêmio que teve o nome desse escritor. Não posso esquecer que ingressei no IAA em 1941 pelas mãos de Barbosa Lima Sobrinho, de quem me tornei inicialmente assessor e depois amigo por todos esses anos.

Uma produção minha que assinala o ano de 1978 é intitulada *Regionalização Agrária do Nordeste*. Serviu ela para que a SUDENE definisse nova linha de pesquisas da qual resultaram diversos trabalhos da série Estudos Regionais.

A partir, entretanto, de 1980, registrou-se uma mudança em meu domínio temático. Passou ele a ser representado por áreas ou segmentos espaciais distintos, identificados por suas designações geográficas. Meus trabalhos de pesquisa assumiram, então, a feição de monografias regionais. *Os Agrestes* (1980, 553p.), *O Meio Norte* (1983, 474p.), *Áreas de Exceção da Paraíba e Sertões de Pernambuco* (1988, 323p.) e *Migrações para Manaus* (1990, 505p., em co-autoria com Hélio Moura).

A POBREZA URBANA RECIFENSE E O PROCESSO NORDESTINO.

Essa interpretação, que acabo de externar, acerca da tão gratificante homenagem recebida, me anima a, aproveitando o ensejo, manifestar gratidão aos meus homenageantes, detendo-me, em rápidas reflexões sobre os problemas que afligem o Recife e, por extensão, Pernambuco e o Nordeste. A característica central da problemática recifense reside na situação de acentuada pobreza urbana e não menor desequilíbrio social e humano, cujo fator primeiro repousa na pobreza generalizada do mundo rural interiorano.

No Recife – tanto quanto em Salvador e em Fortaleza, nossas metrópoles regionais – não há dúvidas de que temos um reflexo da situação de pobreza coletiva acarretado pelo processo histórico geral nordestino. Esse estado de coisas teria de se manifestar na quantidade de necessidades sociais básicas subatendidas da maior parte da população (alimentação, saúde, educação e habitação) que chegam a atingir níveis desoladores. Correlativamente, os indicadores sociais tendem a se interinfluenciar mutuamente ao registrarem: (i) renda média baixa e, sobretudo, com repartição muito assimétrica; (ii) nível médio insuficiente de remuneração do trabalho humano, com reflexos sociais verdadeiramente opressivos; (iii) significativa participação, na estrutura econômica, do setor informal de atividades; (iv) elevadas taxas de desemprego e subemprego; (v) permanência de elevados índices de morbidade; (vi) graves deficiências dos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, saneamento e habitação, entre outras.

Esses registros tornam fácil compreender porque é tão expressivo o segmento da população recifense atingido pela problemática social número um em todo o Nordeste: possuir condições de vida precárias ou até subhumanas. Trata-se de uma realidade ante a qual nos inclinamos pela força de uma solidariedade irrecusável. Se quisermos apontar a gênese do fenômeno e sua índole geo-sócio-econômica, não poderemos esquecer que elas são

indissociáveis dos elementos que caracterizaram o processo de desenvolvimento nordestino como um todo e, dentro dele, o processo pernambucano. Sabemos, antes do mais, que nem sempre se explicam os problemas da grande urbe pelos fatores endógenos. Explicam-se também em função de variáveis externas ou extra-metropolitanas, presentes na macrorregião.

Os espaços interioranos – aos quais se vinculam o mundo urbano nordestino e, nele, os espaços metropolitanos de que participa o do nosso Recife – têm, nas suas diversificadas subregiões, uma estrutura sócio-econômica marcada pela fragilidade, vulnerabilidade e acentuado desequilíbrio social. Por isso, as condições de existência da maioria da população rural são reconhecidamente precárias e constituem fatores de repulsão geradores de fluxos migratórios em função dos quais os contingentes populacionais cada vez mais se concentram nos aglomerados de grande e médio portes.

Ocorre, entretanto, que as forças de desenvolvimento urbano, a partir das que geram emprego, longe estão de servir de apoio bastante ao ritmo de crescimento populacional das cidades, devido ao duplo efeito dos fluxos migratórios centrípetos e do próprio aumento vegetativo.

Os efeitos sociais desse desequilíbrio são acentuados pelo fato de a fragilidade da estrutura econômica urbana gerar o quadro de carência de serviços expresso naquele conjunto de indicadores sociais a que fiz referência. No conjunto, tem-se aí a moldura geral característica do fenômeno da *inchação urbana*, ao qual tenho feito menção em vários dos meus trabalhos, notadamente no aludido *Metropolização e Subdesenvolvimento*.

NOVAS PESQUISAS NECESSÁRIAS

Uma fala da natureza da que estou aqui desenvolvendo não deve ter duração superior à normalmente esperada. Todavia, a alu-

são ao fenômeno da *inchação urbana* me fez lembrar que não devo concluir sem mais umas poucas referências. Alguns estudiosos, que têm acompanhado a dinâmica demográfica nordestina e recifense, falam de um sensível declínio da taxa de fertilidade populacional da macrorregião. São os elevados valores dessa taxa um dos fatores que se situam por trás, direta ou indiretamente, do processo de super-urbanização em curso. Sua diminuição, portanto, em certa medida, poderia estar constituindo uma ocorrência desejável.

De modo geral, o que faz muita falta, em relação à problemática social nordestina, é o seu acompanhamento incessante e vigilante, através de pesquisas idôneas, realizadas sob a responsabilidade de instituições especializadas e igualmente idôneas. Pesquisas que bem poderiam começar pela referida ocorrência de declínio da fertilidade, investigando-se sua ordem de grandeza, seus fatores, suas variações, seus efeitos e suas tendências, com particular atenção para a possibilidade de uma atenuação do crescimento populacional sociopático denominado *inchação urbana*.

De outra parte, continuam sem solução conhecidos problemas que afetam gravemente a maioria da população, nas subregiões pernambucanas de condições naturais mais favoráveis: a Canaveieira e a Agrestina. Em relação à problemática da Zona da Cana de Açúcar, pode-se dizer que, até agora, não se alcançaram maiores resultados, sobretudo no plano social. Embora algumas tentativas de solução tenham sido ensaiadas, sabe-se que um expressivo desemprego e subemprego sazonal continua a atingir grande parte da massa trabalhadora. Quanto à Região Agrestina, a problemática mais relevante reside no conhecido processo de mutação sócio-econômica chamado de *pecuarização*, com seus graves e profundos efeitos no plano social e humano, estimulando inclusive a mobilidade espacial da população. Ambas as ocorrências não podem deixar de contribuir significativamente para o fenômeno da *inchação urbana* da metrópole recifense. Contribuição, para esse mesmo fenômeno, que ainda merece profunda investigação é a

das chamadas *migrações de retorno*, ou de volta do emigrante à sua terra de origem.

É tempo de uma alusão ao problema ambiental. Sabemos que o Nordeste Brasileiro se caracteriza, no essencial, como uma grande região onde a questão do equilíbrio ecológico e da preservação do potencial de recursos naturais se apresenta particularmente vulnerável. Sabemos também que, na macrorregião, os recursos de água, de solos e de vegetação se interinfluenciam sob o efeito de condições tropicais. Além disso, cerca de 900 mil Km², ou 60% do espaço macrorregional, possuem condições climáticas semi-áridas.

No tocante ao potencial de recursos hídricos do Recife, registra-se uma séria limitação a partir do fato de as reservas se aproximarem do esgotamento, sob a influência da estreita configuração da faixa climática úmida em que se situa a região metropolitana pernambucana. Todos temos consciência de que, dentro em breve, a falta d'água no Recife chegará ao ponto de somar-se aos males que fustigam a nossa já tão sofrida cidade.

Passemos, rapidamente, a uma referência à magna questão que envolve o equilíbrio ecológico e o mencionado potencial de recursos naturais básicos cuja mobilização integra, em grande parte, a estrutura econômica nordestina. Ressalvadas as exceções de estilo, a formação dessa estrutura foi condicionada, desde suas origens e em sua maior parte, por processos produtivos e influências sócio-culturais pouco evoluídos. As práticas predatórias de uso dos recursos vegetais, hídricos e edáficos tornaram-se uma presença generalizada, exceto, e até certo ponto, nas áreas dos sistemas agrícolas de grande lavoura moderna, horticultura e lavoura irrigada. Com as referidas práticas destrutivas, o revestimento vegetal primitivo foi desaparecendo até à situação em que hoje se encontra, de raros testemunhos. Os recursos hídricos, por efeito mesmo da devastação do mundo vegetal, tiveram seu potencial em recuo, provocando, inclusive, o agravamento do regime da hidrografia intermitente dos espaços semi-áridos. E o uso do solo

segundo técnicas não racionais, responde pelo seu declínio de produtividade.

Opera-se, assim, ao longo do tempo, um processo de desertificação vegetal, hídrica e edáfica que tem seus períodos críticos nos anos de seca calamitosa. Essa desertificação, de natureza antrópica (em que o homem produz ele mesmo o deserto) reclama estudos detidos, no sentido de se precisar a sua contribuição para a diminuição da capacidade de suporte populacional do Nordeste.

Quanto a novos esforços de pesquisa, entre os casos especiais que se estão impondo, destaca-se como tema de invulgar importância o suscitado pela proposta de localização de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. Essa proposta, como se sabe, destina-se a produzir um amplo impacto dinamizador do sistema pernambucano, com efeitos múltiplos na estrutura econômica do Estado, particularmente em sua Região Metropolitana e vizinhança. Uma pesquisa adequada poderia favorecer a otimização dos efeitos do grande empreendimento. Aos temerosos de que venham a prevalecer critérios não técnico-econômicos em relação à disputada localização, lembrarei apenas que essa eventual prevalência, mesmo praticada em favor de Estado-irmão, importaria em verdadeira usurpação praticada contra Pernambuco. Usurpação que não se pode acreditar seja permitida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Senhoras e Senhores, o Recife é uma cidade heróica que, aos 458 anos, marcha para cinco séculos de existência – tempo histórico que acumula inestimável patrimônio de tradições, de bravura, e de identidade cidadina incomparável. Eu me orgulho de passar a ser considerado um seu cidadão. Mas a sua problemática social e humana, nos termos constantes desta mensagem, constitui apelo irrecusável para um esforço competente, amplo e coeso dos seus governantes, legisladores e respectiva comunidade. A nossa sofrida e valorosa gente bem o merece.

Esta, Senhor Presidente, Vereador Liberato Costa Júnior, a mensagem que, em agradecimento pelo honroso título de Cidadão

da Cidade do Recife, preparei para os que fazem a Casa de José Mariano. Peço-lhe receber a expressão do meu profundo agradecimento pelo seu apoio àquela iniciativa. Sinto-me extremamente honrado ao receber tão nobilitante honraria.

Muito Obrigado.